



MOVIMENTO DOS TRABALHADORES (AS) DO CAMPO NO RS: LUTA PELO RECONHECIMENTO E ACESSO À SAÚDE

CLARETE TERESINHA NESPOLO DE DAVID

Doutoranda do PPGSS/PUCRS

E-mail: clatete-david@saude.rs.gov.br.

PATRICIA KRIEGER GROSSI

Doutora em Serviço Social pela University of Toronto.

Professora do PGSS/PUCRS

E-mail: pkgrossi@puers.br.

Introdução

Este artigo enfatiza os movimentos de trabalhadores e trabalhadoras do campo, sua participação política e suas estratégias na garantia de direitos. Em um contexto de crise e de reformas do Estado, luta pelo reconhecimento enquanto classe dos agricultores familiares, também produz rupturas culturais no campo, nas formas de participação e nas instituições. Essa mobilização nacional contou com a participação de atores Societais, entre os quais os Movimentos Sociais, os trabalhadores do campo, as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base), o Movimento Comunitário – Associações de Moradores, os estudantes, os Sindicatos e as Pastorais, os grupos de mulheres e; de atores Estatais entre os quais, dos governos de esquerda nos municípios e Estados, de trabalhadores da Saúde e da Previdência, cuja principal bandeira de luta era a Construção de um Projeto Democrático e Popular para o Brasil.

Na área da saúde, a 8ª Conferência Nacional (1986) foi a primeira que permitiu a participação popular, especialmente das instituições e das entidades envolvidas no movimento pela reforma do setor da saúde. Como resultado desta Conferência de Saúde, organiza-se uma Comissão paritária entre trabalhadores, gestores e usuários com a tarefa de produzir estratégias para aprovar as propostas do SUS na Constituição Federal de 1988. Essa mobilização garante a Legislação do SUS, a Lei Orgânica da Saúde – Lei Federal 8080/90 (ações de saúde) e a 8142/90 (financiamento e a participação da comunidade via Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde),



participação inicialmente vetada pelo Presidente Collor e revertida pela mobilização social.

A Lei 8142/90 institui a participação em saúde nos três níveis de gestão do SUS (municipal, estadual e nacional) e, em seu artigo 1º, § 4, estabelece que a representação dos segmentos dos trabalhadores, prestadores e gestores deve ser paritária em relação à representação dos usuários nos Conselhos e nas Conferências de Saúde; portanto, são de caráter deliberativo e fiscalizadores da Política de Saúde. O Controle Social, então, é uma construção social de um movimento instituinte da Participação Popular no Brasil; ele acontece no campo da saúde e de outras políticas sociais como da Previdência, da Assistência, da Educação, da Habitação dentre outras políticas públicas.

Dados apontam que a FETAG foi a primeira Federação do Rio Grande do Sul a lutar pela instituição do direito à saúde e insere-se nos Conselhos de Saúde. Sendo assim, nesse artigo, enfatiza-se a participação dos sujeitos nos movimentos sociais do campo, articulados com a cidade e nesse processo constroem-se enquanto sujeito de direitos.

2

Surgimento e trajetória dos movimentos do campo: atores e estratégias

Segundo dados da pesquisa e da literatura consultada: Maduro (1990); Veronese (1993); Rachele (2003); Misoczky (1990); Daron (2003); Picolotto (2011); Camarano (2012); Grossi (2012) dentre outros, documentos e narrativas de atores, a FETAG foi a primeira federação a mobilizar-se para a inclusão de direitos da parcela da população de trabalhadores do campo, excluídos do sistema de seguridade social.

Assim, ao enfatizar a mobilização da FETAG/RS e suas contradições, será tecida a trajetória histórica da participação em saúde no RS. A FETAG/RS nasce como resultado das articulações de setores do campo com a ação dos bispos da Igreja Católica do Rio Grande do Sul, que criam a Frente Agrária Gaúcha (FAG).¹

¹ FAG é “uma associação civil”, fundada em 1961, objetivando a investigação e o estudo acerca da questão agrária, formar líderes rurais, desenvolver a educação de base do agricultor, incentivar a sindicalização e cooperativização, dentre outras iniciativas de ordem cultural e assistencial dos assalariados rurais e dos agricultores.





Constatou-se que as lutas desta categoria de agricultores por reconhecimento remontam ao período da constituição do sindicalismo. A trajetória de organização Sindical no Brasil nasce com a Lei do Trabalho, no Governo Vargas (1935), inicialmente para os trabalhadores urbanos. No final do século XIX, iniciaram as primeiras experiências de organização de alguns segmentos sociais do campo, como “os colonos” no Rio Grande do Sul, que formaram organizações formalizadas e não formalizadas com vistas a promover a agricultura colonial e representar os seus interesses perante o Estado.

Essas experiências são ressignificadas com a formação do sindicalismo rural na década de 1960 (PICOLOTTO, 2011, p. 305). A categoria ‘trabalhadores rurais’ vai se construindo com o processo de mobilização, nascendo e se consolidando na Federação dos Trabalhadores da Agricultura – FETAG/RS, segundo Maduro (1990), Veronese (1993) e Rachele (2003), dividindo-se em três períodos distintos. A primeira fase a ser organizada no RS foi de 1963 a 1969 – período de formação da entidade; a segunda fase, de 1970 a 1979 – consolidação da estrutura já formada; e a terceira fase 1980 – período de mudanças, de redefinição de características. Foi também um período de eclosão dos novos Movimentos Sociais, de abertura política e de rupturas culturais para uma nova institucionalidade.

A FETAG é a primeira Federação de trabalhadores rurais a ser organizada no RS: **A primeira fase** vai de 1963 a 1969 – período de formação da entidade. Nesse período, além da FAG, a Ação Católica, contraditoriamente, articulava a Juventude Agrária Católica via JAC; no meio urbano, organizava os universitários via Juventude Universitária Católica (JUC), a Juventude Estudantil (JEC) e a Juventude Operária Católica (JOC), que influenciavam o debate político na época. Também atuava no campo o Movimento Agrário dos Sem-Terra (MASTER)² que articulava trabalhadores

Com participação histórica reconhecida na AL, Brasil e no RS nas grandes questões da sociedade a posição da Igreja Católica, com hegemonia Conservadora, convive com as contradições internas entre as vertentes integralistas e progressistas. Esse interesse pela questão agrária se dá, segundo Bassani (2008, p. 58), pela “[...] preocupação em relação ao avanço e a ação comunista no campo, representados pelas ligas camponesas, pelo Partido Comunista e pelos setores progressistas do PTB, entre os quais os líderes do MASTER no RS”.

² O Movimento MASTER nasceu no RS nos anos de 1962-1963 e foi o que mais marcou a história gaúcha na luta pela Reforma Agrária (ECKERT, 1984; CAMARANO, 2012).





pela Reforma Agrária. Como resultado do processo, funda-se em 6 de outubro de 1963, a Federação dos Pequenos Proprietários e Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG). E, ainda, a partir de sua fundação, há um distanciamento entre a FAG e a FETAG com independência na ação política. A organização partiu dos núcleos de base, conforme relato abaixo:

Eu participava do movimento comunitário de base, e o sindicato se organizou também nos núcleos de base. Na época eram 84 núcleos onde se discutia toda essa questão dos problemas que o agricultor enfrentava. Então, a questão da saúde e da previdência era um dos problemas sentidos [...]. (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2012)

Nesse período, setores da Igreja, contrários ao projeto hegemônico assumido pela instituição de combate ao comunismo e apoiados pelo Concílio Vaticano II, iniciaram de dentro da Igreja movimentos de resistência e de reformas, entre as quais a formação pela base ação-reflexão-ação. Isso remeteu a mudanças e rupturas e resultou em inúmeras comunidades de religiosos nas comunidades, ou seja, descentralizadas e distribuídas nos municípios e no Estado. Mas, também produziu uma concepção de fé e vida: “Acabei participando de um grupo que naqueles anos, nos anos 70 em que naquele período havia um grande movimento dentro da igreja, movimento de inserção”. (ENTREVISTA 5, DIRIGENTE, 2012).

Assim, retomando o fio temático, foram realizados quatro Congressos em conjunto pela FETAG e pela FAG. Ao final de cada congresso, como estratégia política, eram aprovadas “Cartas de Reivindicação e Ação”. No primeiro congresso, em 1962, as propostas e reivindicações eram relativas à produtividade, entre as quais uma lei para a Reforma Agrária, e, ao aludir à legislação e à previdência social, referia a equiparação entre trabalhador rural e urbano.

No segundo Congresso (1963), a carta aberta traz uma profissão de princípios em que os autores se comprometem a lutar por um mundo rural, segundo a mensagem do evangelho e cobram dos órgãos públicos a criação de condições legais para a superação da injustiça, a desumana estrutura capitalista individual e a construção de



uma estrutura de espírito comunitário e solidário. Propuseram, ainda, formas associativas de produção “Comunidades agrícolas de produção, de trabalho”, associando de 10 a 12 famílias, nas quais esse trabalhador também participa dos lucros e da administração. Foi mantida igualmente a proposta pelo momento político de conjuntura de reformas de base (VERONESE, 1993, p. 39).

No terceiro Congresso, realizado em 1965, em um contexto de repressão e medo da ditadura militar, o movimento MASTER foi desarticulado como manifestação de repúdio a qualquer expressão que pudesse ser entendida como de cunho socialista. A temática central focou a FAG e o mundo rural, previdência social rural e a cooperação dos sindicatos na sua implantação, cooperativismo e sindicalismo na luta pelo reconhecimento deste pelo Ministério do Trabalho.

A segunda fase vai de 1970 a 1979 – consolidação da estrutura já formada. Do quarto ao sexto Congressos (1969, 1971, 1973, 1976) adota-se o estilo e o posicionamento abordando temas da reforma agrária, da educação rural, da previdência social, da política agrícola, do cooperativismo e do sindicalismo. É relevante destacar a presença de presidentes, ministros e secretários de Estado nas cerimônias oficiais dos congressos. As ONGs assumem a articulação e a assessoria: “viajamos praticamente para todas as regiões do Estado, era o início da Teologia da Libertação, então tanto valia jovens rurais quanto a jovens urbanos, [...] os movimentos sociais tais como os conhecemos não existiam e foram surgir mais especificamente nos anos 80”. (ENTREVISTA 7, ONG, 2012)

Nesta época, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais assume a assistência técnica à sua base social, com recursos repassados pela Secretaria da Agricultura do RS, havendo a descontinuidade do repasse e a transferência dessa função de assistência técnica para a EMATER, em 1981. Esse período foi caracterizado também pelo absoluto controle sobre a vida sindical pelo Ministério do Trabalho, via Delegacias Regionais do Trabalho (VERONESE, 1993, p. 42).

Destacam-se duas características centrais deste período: a relação do sindicalismo com a previdência e o início de reestruturação da FETAG a partir das regionais sindicais. Esse processo de mobilização geral vai incorporando aos poucos as



demandas específicas. Tudo isso traz para o espaço público questões que antes eram tidas como de domínio privado (SCHERER-WARREN, 1996, p. 17).

Os sindicatos, a partir do ano de 1970, passam a receber incentivos do governo federal para desenvolver a assistência social em geral; além da assistência técnica, passam a fazer atendimento médico e odontológico, providenciar medicamentos e encaminhar aposentadorias; em alguns casos por meio do FUNRURAL e outros, de educação, via Programa Estadual de Bolsas de Estudo (PEBE). O lema para a época era “reivindicar com dignidade e cooperar com lealdade”.

Assim, era comum certa confusão sobre o papel do sindicato: “se perguntassem onde fica o sindicato, a população não sabia, mas sabia onde ficava o FUNRURAL” (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2012). Há nesse período, por parte dos trabalhadores rurais, uma percepção social do sindicato como entidade assistencial e não como uma ferramenta na defesa de interesses desta categoria em construção – da agricultura familiar.

A **criação das regionais sindicais**, por sub-regiões, veio dinamizar as relações dentro da estrutura da FETAG e marcou o início da reestruturação do departamento de educação. Nesse processo, algumas regiões realizaram movimentos em busca de certa autonomia de mobilização e articulação, que não foram bem aceitos pela direção central. Entre as reivindicações já aparece à saúde:

Então foi na luta pela democratização e conquista de direitos que as questões da saúde eram um dos principais temas que vinham da demanda dos agricultores, E foi aí que nós começamos a trabalhar sobre isso, nas mobilizações. (ENTREVISTA 6, DIRIGENTE, 2012)

A **terceira fase 1980** – período de mudanças, de redefinição de características, foi também um período de eclosão dos Novos Movimentos Sociais. Na década de 1980, o sindicalismo vivenciou profundas mudanças conjunturais devido à crise econômica que assolou a sociedade, marcando o início das mobilizações e **reivindicações**. O primeiro protesto referente à questão da previdência social no RS acontece em Frederico Westphalen, em 1979, e reúne 10000 agricultores. A bandeira central foi o problema da assistência médico-hospitalar e as divergências com o Funrural local. Uma carta do



encontro afirmava: “Os agricultores incendiarão a região e mobilizarão todo o Rio Grande do Sul” (VERONESE, 2003; MISOCZKY, 1990).

No período, a luta era contra o INAMPS e os encontros cumpriam duas importantes finalidades: a de reivindicar o acesso à saúde, sem as cobranças paralelas pelos médicos e hospitais e a previdência aos trabalhadores e trabalhadores rurais, de um lado; e de outro, a educação política de sua base social [...]. Então, assim, os agricultores, eles assumiram de **forma organizada**, penso que ouvi algumas coisas nas avaliações, pois mais de **150 reuniões** foram feitas no sentido de preparação de toda essa situação da saúde e da previdência. (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2013) (Grifamos)

O novo sindicalismo, com caráter de luta mais geral na defesa de um projeto societário, envolve ações conjuntas entre os vários Sindicatos Urbanos e Rurais, já em um contexto de formação das centrais sindicais: é formada a CUT nacional e a Estadual e com elas os congressos e os departamentos, dentre os quais o Departamento Rural, que articula o segmento rural e o da Saúde, debatendo e articulando as mobilizações em defesa do SUS.

Os sindicatos se renovaram e fortaleceram as aspirações dos setores populares por uma sociedade mais justa e igualitária e ganharam forma na reivindicação de direitos, projetaram-se no cenário político, deixaram suas marcas em importantes conquistas na Constituição de 1988:

O novo texto traduz uma exigência: a participação na gestão da coisa pública e acena com possibilidades de construção partilhada e negociação de uma legalidade capaz de conciliar legalidade e cidadania [...] que, no contexto das políticas, se traduz em espaços plurais de representação de atores coletivos, de direito a ter direitos. (PAOLI; TELLES, 2000, p. 103)

Então, o que acontecia na época é que essas lutas reacenderam o processo de democratização da sociedade. Mas, havia muita divergência entre os sindicatos urbanos e rurais, com o novo sindicalismo no que tange à assistência à saúde de seus associados. E, como contraponto ao SUS, essa contradição ainda perdura em boa parte no movimento sindical até hoje. Em sua grande maioria, os sindicatos ainda ofertam planos privados de saúde aos seus associados.





Na assistência à saúde, os hospitais dos trabalhadores (Ronda Alta e Aratiba), os hospitais filantrópicos, as Santas Casas, os hospitais religiosos e os comunitários articulavam-se para disputar, com a iniciativa privada, as ações e serviços do SUS, ainda no contexto do SUDS/1987, no período de reestruturação institucional nos serviços de saúde do pré-SUS. “Foi o Ministério da Saúde que, para romper com o boicote dos privados, tornou os filantrópicos como parceiros privilegiados”. (ENTREVISTA 11, TRABALHADORES, 2013)

Antes do surgimento da CUT, alguns sindicatos (dos sociólogos, dos jornalistas, dos metalúrgicos, dos bancários e o CPERS) articulavam-se via intersindical. “Daí começa a discussão sobre as políticas de saúde, o processo de democratização e a discussão da Constituinte, proposta de reforma de verdade no setor da saúde”. (ENTREVISTA 3, 2012)

Retomando a caminhada histórica, nesse período, também é dada ênfase à descentralização das atividades e a educação é estratégica, o que se verifica pelas dezesseis regionais da Fetag organizadas, que possuíam educadores contratados com o objetivo de trabalhar a **educação de base e descentralizada**. Ocorreu, ainda, a **criação de comissões** em diferentes áreas, produzindo o conteúdo das políticas agrícolas e agrárias e também setoriais na área da produção, comercialização, na mobilização das mulheres e da juventude. “Era a formação no campo da Educação Popular, formação política, formação social e evidentemente envolvia todos esses temas” (ENTREVISTA 7, ONG, 2013), emergentes para o período. Esses encontros vão tecendo também novas formas de cuidado, através de agentes comunitários de saúde, cuja proposta era a prevenção e a promoção em saúde entre as quais a educação para a saúde o uso da Fitoterapia, com o apoio dos grupos de mulheres do MMTR e MMC. “Eram um conjunto de ações que a gente articulava em defesa do SUS. E, aí, conseqüentemente, depois os municípios começaram a assumir mais e na época não se tinha absolutamente nada de acesso universal”. (ENTREVISTA 6, DIRIGENTE, 2012)

Da mesma forma, percebe-se a mudança de discurso político da Fetag imprimindo maior radicalidade como “base, conscientização, luta, mobilizações dentre outras”. **A educação de base tem papel importante na definição deste novo perfil político**. Essa mudança de discurso e da prática da Fetag também se deveu à articulação



com as centrais sindicais, especialmente com a CUT/RS, e do não repasse de recursos e vantagens oficiais aos sindicatos, resultados de um novo contexto na conjuntura da política nacional. É onde se constituiu um movimento para consolidar as diretrizes da Constituição Federal nas instâncias estaduais e municipais, e o que possibilitou esse processo: “Isso se deu em dois movimentos, um com relação ao poder público que compreendeu a necessidade de implantar um sistema público e dos movimentos sociais que reivindicavam acesso à saúde como direito universal”. (ENTREVISTA 2, TRABALHADOR, 2012)

Com os avanços e conquistas obtidos pela Constituição Federal de 1988, principalmente em relação ao campo, na área da previdência social, com aposentadoria para o homem e para a mulher; houve uma ampliação da base social dos sindicatos, pois esse direito também significou maior nível de consciência e de sentido de pertencer a uma entidade de classe. E o sindicato passou a sobreviver com a contribuição confederativa; agora a grande bandeira é “uma nova sociedade”.

Dentre as várias articulações, o ano de 1981 foi marcado por reuniões entre as Federações de Trabalhadores na Agricultura da Região Sul do Brasil, em São Miguel do Oeste, Florianópolis e Curitiba. Dentre os resultados, encontra-se a diversificação da produção como meio de sobrevivência, bem como programa comum de política agrícola e cooperativismo. O tema da Previdência Social, principalmente da aposentadoria da mulher trabalhadora rural aos 55 anos e do homem aos 60 anos, equiparados aos trabalhadores urbanos, foi um ganho para o conjunto da classe trabalhadora e de grande potencial de mobilização no campo. Há, então, o reconhecimento da categoria dos trabalhadores rurais e a inclusão no conjunto de direitos nas políticas públicas, conforme se verifica na narrativa a seguir:

No Alto Uruguai, a região foi um espaço de muita mobilização, fruto da questão das barragens [...] com isso e com o fortalecimento dos sindicatos, se conseguiu criar uma consciência entre os trabalhadores, e quando tinha um problema, a gente fazia mobilização de 10 a 15 mil pessoas [...]; então, além de tratar os temas específicos da agricultura se trabalhava o tema da previdência, né, trabalhava a questão da aposentadoria rural e da aposentadoria da mulher trabalhadora rural, que também ficou garantida na



CF de 1988 foi um motor combustível de grande potencial de mobilização.
(ENTREVISTA 6, DIRIGENTE, 2012)

Nesse mesmo ano, houve a articulação intersindical e a preparação do primeiro Encontro Estadual das Classes Trabalhadoras (ENCLAT), realizado em Porto Alegre, e a primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), realizada em Praia Grande, São Paulo. E ocorreram eventos latino-americanos em Caracas, na Venezuela e o Congresso Latino-Americano de Camponeses. Em 1983, também houve a mobilização na luta pela terra, especialmente no acampamento de Encruzilhada Natalino e os afogados do Passo Real (barragens) e de assentados na Fazenda Vila Nova, em Bagé, além da articulação da comissão de assentados nas Fazendas Macali, Brilhante e Bom Retiro. Foi destaque nesse período, ainda, a mobilização contra o projeto de construção de 25 usinas hidrelétricas na Bacia do Rio Uruguai, movimento liderado pela Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB/RS), sediada inicialmente no Rio Grande do Sul, no município de Erechim, depois se descentralizando em várias regiões do Estado e exercendo suas atividades com autonomia. A fala a seguir exemplifica a mobilização política nesse período histórico:

Os assentados pela CPT, Macali, Brilhante 1979, depois a Natalino e Anonni. A primeira foi Macali e Brilhante, mas isso foi ainda no tempo do Brizola, em sequência foi o acampamento de Natalino e depois da Anonni em 1980. Enfim, nesse bojo começa a construção, começa a construir espaços maiores em 1981-2-3[...]; foi nesse bojo também que nós pensamos em construir o CAMP porque tinha que ter uma organização, uma ONG que aglutinasse e pudesse ser um espaço articulador. (ENTREVISTA 7, ONG, 2013)

Nesse período, a CONTAG realizou um encontro nacional sobre barragens em Brasília, que contou com a representação da FETAG/RS. Esta ainda passa a ocupar os espaços públicos de participação nas estruturas do Estado, que também incluem a participação popular.

[...] como no Nordeste teve articulação com um movimento do Nordeste “Encontro de Irmãos” com D. Hélder Câmara e esse pessoal trabalhava para



mudar a legislação previdenciária. No congresso da Contag teve essa articulação um pouco fora do movimento sindical, mas para passar por dentro do movimento sindical. Como o MMTR na época forçou a própria Fetag a se despertar para a questão da mulher e o movimento sindical foi um espaço de conquistas. (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2013)

O ano de 1984 foi marcado por uma efervescência de manifestações no campo, dentre as quais o “Grito do Campo” chamado pela FECOTRIGO, que reuniu milhares de pessoas, contando com a participação dos sindicatos. Além disso, houve: as mobilizações do “boicote” na Semana da Pátria, não comercializando nenhum produto destinado à agropecuária resultado das mobilizações locais pelo Dia do Colono; a mobilização pelo preço do leite; a campanha de reativação dos moinhos coloniais e a retomada de plantio do trigo na pequena propriedade familiar; a crise do cooperativismo e a incorporação e solvência de dívidas; os conflitos fundiários e entre os posseiros. O ano de 1984 foi decisivo na abertura política: trabalhadores rurais se reuniram em POA, exigindo um tratamento previdenciário mais digno, especialmente no campo da saúde com gratuidade no atendimento médico-hospitalar.

No Estado, teve lugar o 4º Encontro Estadual da Classe Trabalhadora – ENCLAT, sendo a mais importante realização do sindicalismo. Ainda, no mesmo ano, no dia 17 de outubro, acontece o 1º Encontro Estadual da Mulher do Campo, com a presença de dez mil trabalhadoras rurais, marco do engajamento das mulheres no movimento sindical; aprofunda-se a luta pela reforma agrária e o apoio aos assentamentos e acampamentos da reforma agrária. Acontece, ademais, o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado em Curitiba, e o Encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Frederico Westphalen, discutindo o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária na Nova República, e a participação de 400 lideranças no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais (1994).

Há uma “guerra” entre FETAG e INAMPS devido às cobranças no atendimento prestado aos trabalhadores rurais, por parte dos médicos e dos hospitais. As Regionais Sindicais foram mobilizadas e por 18 dias consecutivos os agricultores mantiveram-se mobilizados em POA. Na sequência, duas caravanas de agricultores negociavam em



Brasília a gratuidade no atendimento médico-hospitalar, sem limites nas internações; crise na Previdência Rural – sindicatos exigem uma definição do INAMPS. “Acordo de atendimento hospitalar gratuito não é cumprido” (VERONESE, 1993; MISOCZKY, 1990). Os trabalhadores de saúde qualificam o espaço do cuidado em saúde:

[...] fizemos muitas reuniões principalmente na discussão dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS, junto aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, então, debatíamos muito a questão da municipalização, universalização, gratuidade no SUS. Um encontro embrião deste debate foi o I Encontro de Saúde Comunitária em Palmeira das Missões com toda a região. (ENTREVISTA 2, TRABALHADOR, 2012)

A FETAG teve sua trajetória de lutas e mobilizações estratégicas nos anos de 1980, na defesa principalmente da saúde (acesso) e da previdência social (aposentadoria e salário mínimo). Vale destacar que nos anos de 1990 houve certo refluxo na organização e avanço na participação das mulheres, via Comissão Estadual de Mulheres, na presidência de sindicatos, na direção da entidade e na organização das maiores mobilizações da FETAG no RS. Mas, todo esse processo de emancipação política inicia com as mobilizações pela democracia e acesso aos serviços. Assim como no dia 8 de março de 1987, em Porto Alegre, reuniram-se 25 mil mulheres exigindo o reconhecimento da profissão; e, em 1989, 35 mil participantes exigindo a imediata regulamentação dos direitos das Mulheres Trabalhadoras Rurais, garantidos na CF de 1988: “claro que nós não fomos os únicos né” (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2013); mas inclui a bandeira da participação das mulheres e também a agenda histórica dos movimentos do campo na previdência social e nas políticas agrícolas. Essa mobilização culminou com a criação da Comissão Estadual das Mulheres do Estado do RS. Enfim, “um movimento de luta pela saúde. Foi o que eu te disse, o movimento mais forte nos anos de 1988 foi o da FETAG que brigou, que mobilizou, que botou gente na rua”. (ENTREVISTA 3, TRABALHADOR, 2012)

Eu avalio que, em minha opinião, a década de 80 foi a mais, digamos assim, a mais forte em termos de organização, surgiu o Movimento das Mulheres





Trabalhadoras Rurais – MMTR, depois se repetiu em 1986, 87, 88 no Gigantinho com 50000 mulheres, homens e aquilo que está na constituição do país na área de saúde dos rurais e na área de previdência social. (ENTREVISTA 10, DIRIGENTE, 2013)

Maria da Glória Gohn (2008, p. 10) destaca que para se entender “o protagonismo de algo se deve ter como referência quem são os atores envolvidos, como se transformam em sujeitos políticos, que forças sociopolíticas expressam e qual o projeto de sociedade que estão construindo”.

Grossi et al (2012), quando trata do direitos das mulheres, enfatiza a importância das ações intersetoriais para coibir a violência contra as mulheres, voltadas, principalmente, aos Clubes de Mães através de parceria com a Secretaria de Assistência Social e Coordenadoria da Mulher, à ampliação das práticas tradicionais para o desenvolvimento de práticas emancipatórias, de criação de novas possibilidades de atuação, visando à transformação de consciências para libertar as mulheres das amarras da opressão.

Já os espaços das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, resultado da Teologia da Libertação, nasce nos bairros das periferias urbanas e nas comunidades rurais, pela inserção dos agentes sociais da Igreja. Essa também se articulava com setores “progressistas” de outras religiões e incentivava a inserção e ou criação de movimentos sociais. Não existia uma ação isolada, pois, conforme se percebe nas narrativas, nos espaços coletivos, Seminários, Congressos e mobilizações, o conjunto das organizações defendia o projeto de participação popular. “Era o político todo através das diversas organizações, se tornava uma única organização no momento de plenária, de assembleia, de mobilização, de celebração – e se fez muito isso” (ENTREVISTA 12, TRABALHADOR, 2013). Nas mobilizações, as CEBs e as associações de moradores são importantes aliadas:

E desde o início, assim a nossa proposta aí era organizar a comunidade, a igreja, as CEBs que era um pouco o nosso espaço de mística e de aprofundamento nesta perspectiva mais da fé. E nossa atuação era na inserção militante na associação de moradores, já estava envolvido em uma oposição no sindicato da construção civil que, naquela época, já começava já reduzir



bastante o seu ritmo de atividade e depois veio à crise do desemprego.
(ENTREVISTA 5, DIRIGENTE, 2012)

Assim como as já nominadas, as ONGs são ressignificadas por períodos, muitas ONGs (na época, chamadas de Centros de Educação Popular ou de assessoria) foram criadas nesse período de resistência à ditadura militar; fundadas em 1978-79, articulando militantes de várias experiências e movimentos sociais (Pastorais, ação sindical e de bairro) e atuando em território nacional. Entre as quais, no RS estão a Cáritas Regional, o ICLB, o CEBI, o CECA, o CAMP, o CETA, o CEPO, o CEAP, o CETAP e o CAPA dentre outras.

Tal articulação estava associada à criação dos Centros de formação, locais construídos especificamente com a finalidade de realização de cursos aos dirigentes das organizações, realização de experiências práticas de produção coletiva e tecnologias apropriadas às necessidades, pequenas propriedades, agroecologia, padarias e tanques comunitários dentre outras.

[...] e foi se construindo este centro (*ela se refere ao CEAP*) que tinha dois objetivos bem claros. Um era ter uma estrutura física para ajudar a reunir estas entidades (movimentos sociais, pastorais sociais, sindicatos, associações de moradores). E o outro apoiar a organização do sindicalismo rural. Recém tinha sido criada a CUT. [...] E aí começou uma articulação entre os centros de Educação Popular. Daí, neste período, nasceu o CEAP aqui em Passo Fundo, em Erechim era o CEPO, em Porto Alegre tinha o CAMP, em São Leopoldo tinha o CECA, [...] e que tinham esta mesma perspectiva.
(ENTREVISTA 13, TRABALHADOR, 2013)

Destaca-se, precisamente, nessa conjuntura contraditória de emergência dos principais movimentos sociais atuais, construtores deste “espaço público”/“projeto popular” de participação cidadã dos anos 1980 e da incapacidade de fazer valer a lei, os direitos e a justiça instituída nos anos 1990. Nesse contexto, o SUS constrói seu arcabouço legal e se institui como direito à saúde – regulamentação com produção da legislação (CF 1988, Leis 8080 e 8142/90, NOBs e Portarias). Era um conjunto de ações que “a gente articulava em defesa do SUS. E, aí conseqüentemente depois os



municípios começaram a assumir mais e na época não se tinha absolutamente nada de acesso universal. **Foi toda uma construção de outra lógica**, como a saúde um direito de todos” (ENTREVISTA 6, DIRIGENTE, 2012). Essa, também, garantida na Constituição Estadual:

Na Constituição Estadual tivemos muitas emendas [...] populares que colocavam essas preocupações de garantir as diretrizes que foram construídas em 1986 e 1988 na CF e havia contramovimentos, nós tínhamos aqui um movimento muito bem articulado aqui, centralizado por um ex-secretário de saúde que tentava de alguma forma criar uma diferença no nosso sistema de saúde no RS, dando um certo protagonismo à iniciativa privada. (ENTREVISTA 2, TRABALHADOR, 2012).

Pode-se concluir, a partir da literatura e das entrevistas, que até os anos 1970 a ação católica assume um papel de mobilização social das lideranças, incluindo as do campo. Mas, com o avanço dos ideais comunistas, a Igreja Católica via FAG assume a tarefa de orientar de forma tutelada a organização sindical no RS. Contraditoriamente, segmentos alinhados à teologia da libertação (ACO e posteriormente as CEBs) assumem um processo de evangelização no campo, na perspectiva de construção de um projeto emancipatório. Com o sindicato atrelado aos governos, a ênfase são as parcerias e os convênios com o INAMPS na assistência à saúde do trabalhador do campo, ainda em uma intervenção de tutela por parte dos governos.

Nesse sentido, diferentes concepções e perspectivas, conservadoras e emancipatórias, utilizam-se das estratégias da organização sindical no campo para fazer a defesa dos seus projetos políticos. Ao mesmo tempo, se multiplicam os movimentos sociais (MST, Barragens, mulheres, jovens, cooperativas, acampados e das pastorais da juventude rural e da CPT) nos anos 1980, assim como se acirram as disputas entre os diferentes projetos políticos. Os movimentos sociais mobilizam a sociedade e pautam o Estado “burguês” em busca de autonomia e de uma nova institucionalidade, via projeto popular, para o Brasil.

Essa mobilização garante, de um lado, o reconhecimento dos trabalhadores e trabalhadoras enquanto sujeitos de direitos – pelo reconhecimento da agricultura familiar, e de outro, a equiparação aos trabalhadores urbanos quanto ao acesso à



aposentadoria e à saúde. Ainda, as ações e estratégias adotadas de formação política, de Congressos e Encontros dos movimentos e entre movimentos sociais mediados pela CUT e ONGS, produzem rupturas culturais necessárias e formam novos dirigentes que passam a ocupar os espaços públicos, entre estes estão as Conferências e os Conselhos de Saúde.

Considerações Finais

Este artigo procurou trazer dados documentais, da revisão de literatura e das narrativas dos atores coletivos, trabalhadores rurais e profissionais da saúde que, articulados e mobilizados, fizeram a mediação entre a sociedade civil e o Estado; de um lado, para serem reconhecidos como sujeitos de direito – agricultores familiares e, de outro, para garantir o acesso à seguridade social (aposentadoria e acesso à saúde) e à participação em espaços públicos.

Como resultado da articulação política entre os atores coletivos e as suas estratégias, está a materialização do sistema único de saúde no RS com participação. Entre os atores coletivos destaca-se a participação da FETAG e da FRACAB, fortalecidas pela criação da CUT nos anos 1983, que aglutinam um conjunto de sindicatos e protagonizam as mobilizações, as articulações e a educação política para os trabalhadores.

A mediação política dos trabalhadores e dirigentes possibilitou de um lado a mobilização popular, por via da ação das forças políticas societais e, de outro, as articulações necessárias entre a ação política estatal, nas estruturas instituídas do Estado, para as rupturas necessárias à instituição do novo projeto político, com participação e garantia de direitos.

Referências

BASSANI, Paulo. **Frente agrária gaúcha e o sindicalismo de trabalhadores rurais**. Londrina: EDUAL, 2008.





HISTÓRIA, VERDADE e ÉTICA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Senado Federal. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Lei 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde – SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área de saúde e dá outras providências. Congresso Federal. Brasília, 1990.

BRASIL. **Lei 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Congresso Federal. Brasília, 1990a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Estadual de Saúde. **Diretrizes para a política nacional de educação permanente para o controle social do SUS**. Brasília, Distrito Federal, 2006.

CAMARANO, Marcia. **João sem terra: veredas de uma luta**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2012. (Coleção Camponeses e o Regime Militar – Direito à memória e à verdade).

DARON, Vanderleia. **Educação, cultura popular e saúde: experiências de mulheres trabalhadoras rurais**. Dissertação. Mestrado em PPGE/UFRGS, 2003.

DAVID, Clarete de. E por falar em saúde. **Revista da Saúde**. Porto Alegre: FETAG-RS, 2013.

ECKERT, Córdula. **O movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul**. 10 ed. Porto Alegre: CORAG – Assessoria de Publicações Técnicas, 1984.

GOHN, Maria G. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GROSSI, Patrícia K. et al. Prevenção da violência contra mulheres: desafios na articulação de uma rede intersetorial. **Athenea Digital**, v. 12, n. 3, p. 267-277, nov. 2012. Universidad Autónoma de Barcelona – Barcelona, España. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=53724611017>.

MADURO, Acácia. **A prática sindical da Fetag**. Dissertação. Mestrado em Sociologia Rural, UFRGS, Porto Alegre, 1990.

MISOCZKY, Maria. **A luta dos trabalhadores rurais do RGS pelo direito à saúde: a conquista que não houve**. Dissertação. Mestrado PPGA/UFRGS, 1990. Mimeo.

PAOLI, Maria Célia; TELLES, Vera da Silva. Direitos sociais, conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, Sônia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. (Orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais Latino-Americanos**. Novas Leituras. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

PICOLLOTO E. Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeito de direitos. In: SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (Orgs.). **Os atores do desenvolvimento rural – perspectivas teóricas e práticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2011.

RACHELLE, Izabel. **Fetag-RS 1963-2003**. A força da mobilização consolidada no tempo. Porto Alegre: FETAG-RS, 2003.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

VERONESE, Osmar. **Fetag-RS: 30 anos de 1963-1993**. Porto Alegre: FETAG-RS, 1993.

